



MINISTÉRIO DA SAÚDE.



GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO.

**Processo Seletivo Público.
Residência Multiprofissional em Saúde – 2019.
Edital de abertura Nº 01/2018.**

3ª Retificação.

Realização:
Empresa MCONCURSOS.

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2018 - 1ª Retificação.
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE – 2019.
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO.**

O Grupo Hospitalar Conceição torna pública a **3ª Retificação** do EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2018.

Republica o **ANEXO II – BIBLIOGRAFIA POR PROGRAMA E PROFISSÕES**.

ANEXO II – BIBLIOGRAFIA POR PROGRAMA E PROFISSÕES.

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação deste Edital.

CONHECIMENTOS GERAIS; LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE; SAÚDE COLETIVA.

(Todas as profissões).

BIBLIOGRAFIA:

1. BAHIA, Ligia. Padrões e mudanças no financiamento e regulação do Sistema de Saúde Brasileiro: impactos sobre as relações entre o público e privado. Saude soc., São Paulo , v. 14, n. 2, p. 9-30, Agosto, 2005.
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Artigos 196 a 200.
3. BRASIL. DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Orgânica da Saúde.
5. BRASIL. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. A Experiência da diretriz de ambiência na Política Nacional de Humanização – PNH. Brasília, DF, 2017.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de Setembro de 2017 – Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do SUS. TÍTULO 1 – Dos direitos e deveres dos usuários. TÍTULO II – Da organização.
8. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência e saúde coletiva, vol. 5, n. 2, 2000.
9. CECCIM, RB [et al.]. EnSiQlopedia das residências em saúde – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. 366 p. (Série Vivências em Educação na Saúde).
10. CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. Modelos tecno-assistenciais em saúde: da pirâmide ao círculo, uma possibilidade a ser explorada. Cad Saúde Publica 1997; 13(3):469-478.
11. COHN, Amélia. A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: reflexões. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(7):1614-1619, jul, 2009.
12. NORONHA, José Carvalho de; LIMA, Luciana Dias de; MACHADO, Cristiani Vieira. O Sistema Único de Saúde – SUS In: GIOVANELLA, Lígia; SCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa et. al. (orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2ª Edição. 2012.
13. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 14, n. 3, p. 721-730, Junho, 2009 .

14. LUZ, Madel T. Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.2, p.304-311, 2009.
15. MERHY, Emerson Elias. A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. Rio de Janeiro. UFF.
16. MERHY, Emerson Elias. Saúde, a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.
17. PAIM, Jairnilson; TRAVASSOS, Claudia, ALMEIDA, Célia; BAHIA, Ligia, MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. Revista The Lancet. 2011.
18. PAIM, Jairnilson. Planejamento em saúde para não especialistas. In: CAMPOS, Gastão W.S; BONFIM, J.S.A; MINAYO, M.C.S; AKERMAN, M; DRUMOND Jr. M; CARVALHO, Y. M. (orgs.). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed. rev. amp. São Paulo: Hucitec, 2016, p. 767-782.
19. ROLIM, Leonardo Barbosa; CRUZ, Rachel de Sá Barreto Luna Callou; SAMPAIO, Karla Jimena Araújo de Jesus Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013
20. ROUQUAYROL, Maria Zélia. Contribuição da Epidemiologia. In: CAMPOS, Gastão W.S; BONFIM, J.S.A; MINAYO, M.C.S; AKERMAN, M; DRUMOND Jr. M; CARVALHO, Y. M. (orgs.) Tratado de Saúde Coletiva. 2ed. rev. amp. São Paulo: Hucitec, 2016, p. 319-373.
21. SETA, Marismary Horsth de; OLIVEIRA, Catia Veronica dos Santos; PEPE, Vera Lúcia Edais. Proteção à saúde no Brasil: o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Ciência & Saúde Coletiva, 22(10):3225-3234, 2017.
22. SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de. O SUS necessário e o SUS possível: estratégias de gestão. Uma reflexão a partir de uma experiência concreta. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 14, 2009, pg. 911-918.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: ENFERMAGEM.

(Referências para o Programa: Atenção ao Paciente Crítico).

BIBLIOGRAFIA:

1. AEHLERT, Barbara. ACLS, Emergências em cardiologia. 3 ed. São Paulo: Elsevier, 2015.
2. ASSUNÇÃO, Murillo; MONTE, Julio Cesar Martins; SANTOS, Oscar Fernando Pavão. Terapia Intensiva: uma abordagem baseada em casos clínicos. São Paulo: Editora Manole, 2011.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 36. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, nº 37. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.864, de 29 de setembro de 2003. Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU – 192.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.271, DE 6 DE JUNHO DE 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
8. BRASIL. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS).
9. BRUNNER; Lillian Sholtis; SUDDARTH, Doris Smith. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, Ed. 11ª, vol 1, 2009; Cap 1 a 13, 16 e 17, vol 2, 2009; Cap 22, 23, 27, 28, 41, vol 3, 2009; Cap 57 e vol 4, 2009; Cap 61, 62, 63, 69, 70, 71.
10. CINTRA, Eliane de Araujo; NISHIDE, Vera Médice; NUNES, Wilma Aparecida. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. São Paulo: Atheneu, 2008.

11. COFEN. Conselho Federal De Enfermagem. Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986: Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências.
12. GOLDIM, José Roberto. Bioética e Informação. Bioética e Interdisciplinaridade. Educação, Subjetividade & Poder 1997;4:24-8.
13. KURCGANT, Paulina. Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
14. NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS (U.S.). Pre Hospital Trauma Life Support Committee. AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. Committee Trauma. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: PHTLS. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
15. NETO, Rodrigo Antônio Brandão; NETO, Augusto Scalabrini; VELASCO, Irineu Tadeu. Emergências clínicas: abordagem prática. Barueri: Manole, 2015.
16. MARIA, Monica Antonio; QUADROS, Fátima Alice Aguiar; GRASSI, Maria de Fátima Oliveira. Sistematização da assistência de enfermagem em serviços de urgência e emergência: viabilidade de implantação. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 65, n. 2, p. 297-303, Apr. 2012.
17. MORTON, Patricia Gonc; FONTAINE, Dorrie K. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2011.
18. POLL, Márcia Adriana; LUNARDI, Valéria Lerch; LUNARDI FILHO, Wilson Danilo. Atendimento em unidade de emergência: organização e implicações éticas. Acta paul. enferm., São Paulo, v. 21, n. 3, p. 509-514, 2008.
19. SANTOS, Marcio Neres; SOARES, Odon Melo (Org.). Urgência e emergência na prática de enfermagem. Vol II. Ed 1. Porto Alegre: Ed. Moriá, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: ENFERMAGEM.

(Referências para os Programas: Atenção Materno-Infantil e Obstetrícia e Saúde da Família e Comunidade).

BIBLIOGRAFIA:

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica, nº 28. Acolhimento à demanda espontânea: Queixas mais comuns na Atenção Básica. Volume II. Brasília, DF. 2012.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 36. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Diabetes mellitus. Brasília, DF, 2013.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica, nº 33. Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento Brasília, DF. 2012.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, nº 37. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Hipertensão arterial sistêmica. Brasília, DF. 2013.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal. Relatório de Recomendação. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2 ed. 2015. 184 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 23).
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 1 v.: il. (Série A Normas e Manuais Técnicas).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 318 p. (Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, nº 32.)
10. COFEN. Conselho Federal De Enfermagem. Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986: Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências.
11. Manual de procedimentos básicos de Enfermagem [recurso eletrônico] / Adriana Aparecida Paz ... [et al.] ;

organizado por Emiliane Nogueira de Souza. – Porto Alegre : Ed. da UFCSPA, 2016.

12. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Divisão de Vigilância Epidemiológica. Núcleo de Imunizações. Instrução Normativa Calendário Nacional de Vacinação Adaptação. Porto Alegre: SES, 2018.

13. TRAMONTINI, S.R.S., PERUZZO, A.B., MACHADO, D. O. Lesões de pele. Cap. 28. In: FERREIRA, Sandra Rejane Soares; PÉRICO, Lisiane Andreia Devinar; DIAS, Vilma Regina Freitas Gonçalves. Atuação do Enfermeiro na Atenção Primária à Saúde. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: ENFERMAGEM.

(Referências para o Programa: Oncologia e Hematologia).

BIBLIOGRAFIA:

1. ASPERHEM, Mary Kaye. Farmacologia para Enfermagem. 7ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1994.
2. BARROS, Alba Lucia Bottura Leite de. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2016.
3. BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. – Rio de Janeiro: INCA, 2017.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. O câncer e seus fatores de risco: O que a educação pode evitar? Rio de Janeiro: INCA, 2013.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. 3a ed. Rio de Janeiro (Brasil): Instituto Nacional de Câncer; 2008.
6. BONASSA, Edva Moreno Aguilar; GATO, Maria Inês Rodrigues. Enfermagem em terapêutica oncológica. São Paulo: Atheneu, 2012.
7. COFEN. Conselho Federal De Enfermagem. Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986: Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências.
8. COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº. 311/2007: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
9. GUYTON, Arthur C.; HALL, Jonh E. Tratado de fisiologia médica. 12ª Edição. RJ: ELSIEVER, 2011.
10. KURCGANT, Paulina. Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
11. NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. Diagnóstico de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2015-2017. Porto Alegre: Artmed.
12. POTTER, Patricia; PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de enfermagem. RJ: ELSIEVER, 2013.
13. BRUNNER; Lillian Sholtis; SUDDARTH, Doris Smith. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
14. TAVARES, Walter. Manual de antibióticos e quimioterápicos. RJ: Atheneu, 1993.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: ENFERMAGEM.

(Referências para o Programa: Saúde Mental).

BIBLIOGRAFIA:

1. AMARANTE, Paulo. Loucos pela vida: a trajetória de reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fio Cruz; 1995.
2. SILVA, Ana Luisa Aranha e; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Processo de trabalho em saúde mental e o campo psicossocial. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, p. 441-449, June 2005.
3. BARROS S.; SILVA; Ana Luisa Aranha e; OLIVEIRA, M.A.F. Inclusão social de pessoas com transtornos mentais severos e persistentes: um desafio pedagógico. Cad IPUB. 2000; 6(19):171- 81

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2011.
5. BRASIL. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília : Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. 2. ed. rev. amp. Brasília, DF, 2004. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
9. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa; DEL BARRIO, Lourdes Rodriguez. Políticas e práticas em saúde mental: as evidências em questão. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2797-2805, Oct. 2013.
10. GARCIA, Ana Paula Rigon Francischetti; FREITAS, Maria Isabel Pedreira de; LAMAS, José Luiz Tatagiba; TOLEDO, Vanessa Pelegrino. Processo de enfermagem na saúde mental: revisão integrativa da literatura. Rev Bras de Enfermagem. 2017 jan-fev; 70(1):220- 30.
11. LOPES, Paula Fernandes; GARCIA, Ana Paula Rigon Francischetti; TOLEDO, Vanessa Pelegrino. Processo de Enfermagem no cotidiano do enfermeiro nos Centros de Atenção Psicossocial. Rev Rene. 2014 set-out; 15(5):780-8.
12. OLIVEIRA, Gustavo Nunes. O projeto terapêutico singular. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza; GUERRERO, André Vinicius Pires (Org.). Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2010. cap. 12.
13. STEFANELLI, Magda Costa; FUKUDA, Ilza Marlene Kuae; ARANTES, Evalda Cançado. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. São Paulo: Manole, 2008.
14. TANNURE, Meire Chucre; PINHEIRO, Ana Maria. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2010.
15. THORNICROFT, Graham; TANSELLA, Michelle. Boas Práticas em Saúde Mental Comunitária. Tradução de Melissa Muramoto. Barueri: Ed. Manole, 2009.
16. WHO (World Health Organization). Atlas: Nurses in mental Health, Genebra, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: FARMÁCIA.

(Referências para os Programas: Atenção ao Paciente Crítico).

BIBLIOGRAFIA:

1. ARAÚJO, Raquel Queiroz de; ALMEIDA, Silvana Maria de. Farmácia clínica na Unidade de Terapia Intensiva. Revista Pharmacia Brasileira, 2008, Novembro/Dezembro:1-4.
2. BRASIL. ANVISA. Resolução - RDC Nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.
3. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).
5. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Portaria MTE nº 485, de 11 de novembro de 2005. Itens 32.3.9; 32.3.10; 32.5.

6. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC Nº 7, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.
7. BRASIL. ANVISA. RDC Nº 220, de 21 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica.
8. BONASSA, E.M.A.; GATO, M.I.R. Terapêutica Oncológica para Enfermeiros e Farmacêuticos. Ed Atheneu: Rio de Janeiro, 2012.
9. CNF. Conselho Federal de Farmácia. Farmacêutico em oncologia: interfaces administrativas e clínicas. Pharmacia Brasileira - Março/Abril 2009.
10. FERRACINI, F.T.; MENDES, W. Farmácia Clínica - Segurança Na Prática Hospitalar. Ed Atheneu: Rio de Janeiro, 2012.
11. KANE, S.L.; WEBER, R.J.; DASTA, J. F. The impact of critical care pharmacists on enhancing patient outcomes Intensive Care Med, 29(5):691-8, 2003.
12. LIMA, G.; NEGRINI, N. M. M. Assistência farmacêutica na administração de medicamentos via sonda: escolha da forma farmacêutica adequada. Einstein, 7(1 Pt 1):9-17, 2009.
13. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica: Proposta. Brasília, Organização Pan-americana de Saúde, 24 p, 2002.
14. SANTOS, L.; TORRIANI, M. S.; BARROS, E. (Org.). Medicamentos na prática da farmácia clínica. Porto Alegre: Artmed, 2013.
15. SANTOS, M. T; HEGELE, V.; HOFFMANN, T. D.; CHIARANI, F.; HENNIGEN, F. W. Instrumento para avaliação da compatibilidade em Y na administração intravenosa de medicamentos em Unidades de Terapia Intensiva. Rev. Bras. Farm. Hosp. Serv. Saúde São Paulo v.4 n.3 34-37 jul./set. 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO FARMÁCIA.

(Referências para os Programas: Oncologia e Hematologia).

BIBLIOGRAFIA:

1. BONASSA, Edva Moreno Aguilar; GATO, Maria Inês Rodrigues. Terapêutica Oncológica para Enfermeiros e Farmacêuticos. Ed Atheneu: Rio de Janeiro, 2012.
2. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Uso Racional de Medicamentos - Temas Seleccionados. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.
3. BRASIL. ANVISA. Resolução - RDC Nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.
4. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências.
5. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).
7. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Portaria MTE nº 485, de 11 de novembro de 2005. Itens 32.3.9; 32.3.10; 32.5.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1554/13, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1555/13, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
10. BRASIL. Ministério da saúde. Portaria GM nº 204/2007, de 29 de janeiro de 2007. Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
11. CFF. Conselho Federal de Farmácia. FARMACÊUTICO EM ONCOLOGIA: INTERFACES ADMINISTRATIVAS E CLÍNICAS. Pharmacia Brasileira - Março/Abril 2009.

12. FERRACINI, Fábio Teixeira; BORGES FILHO, Wladimir Mendes. Farmácia Clínica - Segurança Na Prática Hospitalar. Ed Atheneu: Rio de Janeiro, 2012
13. MARIN, N. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.
14. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Departamento de Medicamentos Essenciais e Outros Medicamentos. A importância da Farmacovigilância: monitorização da segurança dos medicamentos. Organização Mundial da Saúde – Brasília: Organização Panamericana da Saúde, 2005.
15. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica: Proposta. Brasília, Organização Pan-americana de Saúde, 24 p, 2002.
16. SANTOS, L; TORRIANI, M. S; BARROS, E. (Org.). Medicamentos na prática da farmácia clínica. Porto Alegre: Artmed, 2013.
17. RDC Nº. 220, DE 21 DE Setembro DE 2004. Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: FARMÁCIA.

(Referências para o Programa: Saúde da Família e Comunidade).

BIBLIOGRAFIA:

1. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Planejar é preciso: uma proposta de método para aplicação à assistência farmacêutica / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
4. BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
5. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Uso Racional de Medicamentos - Temas Selecionados. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Cuidado farmacêutico na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. - 1. ed ver. - Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Cadernos 1 e 2.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 204/2007, de 29 de janeiro de 2007. Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1554/13, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1555/13, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
11. MARIN, N. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: FISIOTERAPIA.

(Referências para os Programas: Atenção ao Paciente Crítico; Oncologia e Hematologia).

BIBLIOGRAFIA:

1. BISPO Jr., José Patrício. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2010, vol.15, supl.1, pp. 1627-1636. ISSN 1413-8123.
2. FRANÇA, E.E.; FERRARI, F.; FERNANDES, P.; CAVALCANTI, R.; DUARTE, A.; MARTINEZ, B.P.; et al. Fisioterapia em pacientes críticos adultos: recomendações do Departamento de Fisioterapia da Associação de Medicina Intensiva Brasileira. Rev Bras Ter Intensiva. 2012;24(1):6-22.
3. JERRE, George. Fisioterapia no Paciente sob Ventilação Mecânica. In: III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica. J Bras Pneumol. 2007;33(Supl 2):S 142-S 150.
4. POSTIAUX, Guy. Fisioterapia respiratória pediátrica: o tratamento guiado por ausculta pulmonar. São Paulo: Artmed, 2004. Cap. 3, 4, 5 e 6.
5. PRADO, C.; VALE, L.A. Fisioterapia neonatal e pediátrica. São Paulo: Manole, 2012.
6. SARMENTO, G.J.V. Fisioterapia Respiratória no Paciente Crítico. São Paulo: Manole, 2016.
7. SARMENTO, G.J.V. Fisioterapia Hospitalar - Pré e Pós-operatórios. São Paulo: Manole, 2010.
8. SCANLAN, Craig L.; WILKINS, Robert L.; STOLLER, James K. Fundamentos da terapia respiratória de Egan. São Paulo: Manole, 2005. Cap. 20, 39, 40, 42 e 43.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: FONOAUDIOLOGIA.

(Referências para o Programa: Atenção ao Paciente Crítico).

BIBLIOGRAFIA:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. SAÚDE DA CRIANÇA: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. 2ª edição. Caderno de Atenção Básica, nº 23. Brasília, DF. 2015.
2. CARVALHO, Marcus Renato de; TAVARES, Luís Alberto Mussa. Amamentação: bases científicas. 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
3. COMUSA (Comitê Multiprofissional em Saúde Auditiva) 2009. HERNANDEZ, Ana Maria; MARCHESAN, Irene. Atuação fonoaudiológica no ambiente hospitalar. Rio de Janeiro: Revinter. 2001.
4. JOTZ, Geraldo Pereira; CARRARA DE ANGELIS, Elisabete; BARROS, Ana Paula Brandão. Tratado da Deglutição e Disfagia- No Adulto e na Criança. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.
5. SOUZA, Luiz Augusto de Paula; MENDES, Vera Lúcia Ferreira. O conceito de humanização na Política Nacional de Humanização (PNH).
6. PENTEADO, Regina Zanella Penteado. Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde. Distúrbios da Comunicação, São Paulo, 16(1): 107-116, abril, 2004.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: NUTRIÇÃO.

(Referências para os Programas: Atenção ao Paciente Crítico; Oncologia e Hematologia).

BIBLIOGRAFIA:

1. AGUILAR-NASCIMENTO, José Eduardo de. Acerto: acelerando a recuperação total pós-operatória. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016. Capítulos: 10 e 20
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CUIDADOS PALIATIVOS. Consenso Brasileiro De Caquexia e Anorexia em Cuidados Paliativos. Rev Bras Cuidados Paliativos. 2011;3 (3 Supl 1):3-42

3. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RESOLUÇÃO - RCD nº 63, de 6 de julho de 2000. Aprova o Regulamento Técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer (INCA). Consenso Nacional de Nutrição Oncológica. Volume II. 2 ed. Rio de Janeiro, 2016.
5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer (INCA). Consenso Nacional de Nutrição Oncológica. 2 ed. Rio de Janeiro, 2015.
6. Canadian Clinical Practice Guidelines 2015 Summary of Revisions to the Recommendations.
7. DRUML, C.; BALLMER, P.E.; DRUMUL, W.; OEHMICHEN, F.; SHENKIN, A.; SINGER, P. et al. ESPEN guideline on ethical aspects of artificial nutrition and hydration. Clin Nutr. 2016 Jun;35(3):545-56.
8. Guidelines for the Provision and Assessment of Nutrition Support Therapy in the Adult Critically Ill Patient: Society of Critical Care Medicine (SCCM) and American Society for Parenteral and Enteral Nutrition (A.S.P.E.N.), 2016.
9. OLIVEIRA, A. M. de. Metodologia de pesquisa em nutrição: embasamento para a condução de estudos e para a prática clínica. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2017. Capítulos: 10,14, 15 e 16
10. OLIVEIRA, A. M. de. Dietoterapia nas doenças gastrintestinais do adulto. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016. Capítulos: 1 e 2
11. OLIVEIRA, A.M. de; SILVA, F.M. Dietoterapia nas doenças do adulto 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2018 - Capítulos: 1, 2, 3, 42, 43, 50, 53, 54, 55 e 66
12. WEIMANN, A.; BRAGA, M.; CARLI, F.; HIGASHIGUCHI, T.; HUBENER, M.; KLEK, S., et al. ESPEN guideline: Clinical Nutrition in surgery. Clinical Nutrition 2017 Jun;36(3):623-650.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: NUTRIÇÃO.

(Referências para os Programas: Atenção Materno-Infantil e Obstetrícia; Saúde da Família e Comunidade).

BIBLIOGRAFIA:

1. ALVARENGA, Marle et al. Nutrição comportamental. Barueri, SP; Manole, 2015. Capítulos 07, 08 e 09.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. Gerência de Saúde Comunitária. Atenção à saúde da gestante em APS/Organização de Maria Lucia Medeiros Lenz, Rui Flores. – 2º ed. – Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2017. Páginas 115 a 131.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. - 2. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Páginas 29 a 99.
8. BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Presidência da República, 2017. Páginas 7 a 16.
9. OLIVEIRA, Aline Marcadenti de. Dietoterapia nas doenças gastrintestinais do adulto. Aline Marcadenti de Oliveira, Flávia Moraes Silva, Valesca Dall' Alba. 1. ed. – Rio de Janeiro: Rubio, 2016. Capítulos 20, 21 e 22.
10. VITOLLO, Márcia Regina. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio, 2015. Capítulos 38, 41, 43, 50 e 52.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: ODONTOLOGIA.

(Referências para o Programa: Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial).

BIBLIOGRAFIA:

1. ARAUJO, A. Cirurgia Ortognática. Santos, 1999.
2. ARNETT, G. W.; McLAUGHLIN, R. P. Planejamento facial e dentário para Ortodontistas e Cirurgões Bucomaxilofaciais. São Paulo: Artes Médicas, 2004
3. ELLIS, E. Acessos Cirúrgicos ao Esqueleto Facial. 2. ed. São Paulo: Santos, 2006.
4. FONSECA, R.J; WALKER, R.V.; BETTS, N.J.; BARBER, H.D. Oral and Maxillofacial Trauma. 3th ed. W.B. Saunders Company, 2004.
5. HUPP, J.R.; TOPAZIAN, R. G.; GOLDBERG, M. H. Infecções Orais e Maxilofaciais. 4. ed. São Paulo: Santos, 2006.
6. JANFAZA, P.; NADOL JR, J.B.; GALLA, R.J.; FABIAN, R.L.; MONTGOMERY, W.W. Surgical Anatomy of the Head and Neck. 1th ed. Lippincott Williams & Wilkins. Philadelphia, PA, 2001.
7. MALAMED, S.F. Manual de Anestesia Local. Ed. Elsevier, 6º Edição
8. MANGANELLO-SOUZA, L.C.; LUZ, J.G.C. Tratamento Cirúrgico do Trauma Bucomaxilofacial. 3.ed. São Paulo: Roca, 2006.
9. MORAES, S.L.C.; AFONSO, A.M.P.; OLIVEIRA, A.M.; OLIVEIRA, A.A. e SANTOS, R.G. Trauma Crânio-Maxilo-Facial. In Vinhães - Clínica e Terapêutica Cirúrgicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan., 2003.
10. NEVILLE, B.W.; ALLEN, C.M.; ALLEN, C.M.; DAMM, D.D.; NEVILLE, B.W. Patologia Oral e Maxilofacial. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
11. PETERSON, L. et al. Cirurgia Oral e maxilofacial contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
12. SILVA, M. Compêndio de Odontologia Legal. Rio de Janeiro: Medsi, 1997
13. TAVARES, W. Antibióticos e Quimioterápicos para o clínico. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. I
14. WANNMACHER, L.; FERREIRA, M.B.C. Farmacologia clínica para dentistas. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: ODONTOLOGIA.

(Referências para o Programa: Saúde da Família e Comunidade).

BIBLIOGRAFIA:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília, 2004.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal. Relatório final. Brasília, 2005.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de Especialidades em Saúde Bucal. Brasília, 2008. 128p.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal. Cadernos de Atenção Básica. Brasília, n. 17, 2008. 92p.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. Projeto SB Brasil 2010 - Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: Resultados Principais. Brasília, 2012.
6. FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie Dentária: A Doença e seu Tratamento Clínico. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2005. Cap. 3, 5, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20.
7. GOES, P.S.A.; MOYSES, S.J. (org.). Planejamento, gestão e avaliação em saúde bucal. São Paulo: Artes Médicas, 2012. Capítulos: 1, 3, 4, 5.

8. HUPP, JR, ELLIS III TUCKER MR Cirurgia Oral e maxilofacial contemporânea. 5º Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. Parte I - cap 1, 2, 3; Parte II - cap 9, 11; Parte IV - cap 15, 16; Parte V - cap 21, 22; Parte VI - cap 23.
11. LINDHE, J. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. Cap. 8, 9, 11, 12, 21, 26.
10. MOISÉS, S.T.; MOISÉS, S.J.; KRIGER, L. Saúde Bucal das Famílias: trabalhando com evidências. São Paulo: Artes Médicas, 2008. 308p. Cap. 4, 8, 9 e 10.
11. MOYSÉS, S. J. Saúde coletiva: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013. 128 p. (Série Abeno: Odontologia Essencial - Temas Interdisciplinares).
12. NEVILLE, B.W. et al. Patologia Oral e Maxilofacial. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Cap. 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18.
13. OKENSON, J. P. Tratamento das desordens temporomandibulares. 4 ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000. Parte 1 - Cap 1; Parte 2 - Cap 7, 8, 9, 10; Parte 3 - Cap 11.
14. PEREIRA, A. C. e cols. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. Nova Odessa - São Paulo: Napoleão, 2009. Cap.1, 5, 8, 10, 13, 16, 18, 19, 22, 25, 26, 29, 30 e 33.
15. WANNMACHER, L.; FERREIRA, M.B.C. Farmacologia Clínica para Dentistas. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. Cap. 6, 11, 12, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: PSICOLOGIA.

(Referências para o Programa: Oncologia e Hematologia).

BIBLIOGRAFIA:

1. ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org.). E a psicologia entrou no hospital, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1996.
2. BOTEGA, N. J. (Org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência,. Porto Alegre: Artmed, 2006.
3. CARVALHO, V. A. de., FRANCO, M. H. P., KOVÁCS, M. J., LIBERATO, R. P., MACIEIRA, R. C., VEIT, M. T., GOMES, M. J. B., & BARROS, L. H. C. (Org.). Temas em psico-oncologia, São Paulo: Summus, 2008.
4. CARVALHO, M. M. M. J. de. (Org.). Resgatando o viver: Psico-oncologia no Brasil, São Paulo: Summus, 1998.
5. CARVALHO, M.M. M. J. de. (Org.). Introdução à Psicooncologia, São Paulo: Editora Psy II, 1994.
6. CARTER, B., & MCGOLDRICK, M. (Org.). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
7. KUBLER-ROSS, Elizabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
8. MELLO FILHO, J. de, & BURD, M. (Org.). Doença e família, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
9. ROMANO, Belkiss W. *Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
10. STENZEL, G.Q.L; PARANHOS, M.E; FERREIRA, V.R.T. A psicologia no cenário hospitalar: encontros possíveis. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
11. SIMONETTI, A. Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença. Casa do psicólogo, 2004.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: PSICOLOGIA.

(Referências para os Programas: Saúde da Família e Comunidade).

BIBLIOGRAFIA:

1. AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 2067-2074, 2018 .

2. BARATA, Rita B. Como e porque as desigualdades sociais fazem mal à saúde? Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. Capítulos 1, 2, 3.
3. BARROS, Regina Duarte Benevides. Dispositivos em ação: o grupo. In: SILVA, André do Eirado et al. Saúde Loucura 6 – Subjetividade: questões contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1997.
4. BROIDE, J. A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções. Editora Escuta, 2015.
5. CHIAVERINI, Dulce H. et. al. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.
6. Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011. Brasília-DF. 2011.
7. DIMENSTEIN, Magda et al. O apoio matricial em Unidades de Saúde da Família: experimentando inovações em saúde mental. Saúde soc. [online]. 2009, vol.18, n.1, pp. 63-74.
8. LANCETTI, Antônio. Clínica peripatética. São Paulo: Hucitec, 2006.
9. MEDEIROS, Patrícia Flores de; BERNARDES, Anita Guazzelli; GUARESCHI, Neuza M. F. O Conceito de Saúde e suas implicações nas práticas psicológicas. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 21, n. 3, p. 263-269, 2005.
10. NETO, João Leite Ferreira; KIND, Luciana. Práticas grupais como dispositivo na promoção da saúde. Physis vol.20 nº. 4. Rio de Janeiro Dec. 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: PSICOLOGIA.

(Referências para os Programas: Saúde Mental).

BIBLIOGRAFIA:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2011.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios : orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 44 p. : il.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. 2. ed. rev. amp. Brasília, DF, 2004. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
5. BRASIL. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.
6. BARROS, Regina Benevides de. Dispositivos em ação: o grupo. Cadernos de Subjetividade Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do PPG em Psicologia Clínica PUC/SP, número especial, pp. 97-106, 1996.
7. BROIDE, Jorge. A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções. Editora Escuta, 2015.
8. CHIAVERINI, Dulce Helena *et. al.* Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.
9. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011. Brasília: CFP, 2011.

10. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial. Brasília: CFP, 2013.
11. DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. Estudos de Psicologia, 2000, 5(1), 95-121.
12. FIGUEIREDO, Ana Cristina. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., v. 7, n. 1, pp. 75-86, 2004.
13. LANCETTI, Antônio. Clínica peripatética. São Paulo: Hucitec, 2006.
14. MEDEIROS, Patrícia Flores de; BERNARDES, Anita Guazzelli; GUARESCHI, Neuza M. F. O conceito de saúde e suas implicações nas práticas psicológicas. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 21, n. 3, p. 263-269, 2005.
15. PALOMBINI, Analice de Lima. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. Psychê, ano X, n. 18, pp. 115-127, 2006.
16. ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. Psicologia & Sociedade, v.20, n.2, pp. 155-164, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL.

(Referências para os Programas: Atenção ao Paciente Crítico; Oncologia e Hematologia).

BIBLIOGRAFIA:

1. BOSCHETTI, Ivanete. A Política da Seguridade Social no Brasil. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS). Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 323-328.
2. BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
3. BRAVO, Maria Inês Souza; CORREA, Maria Valeria Costa. Desafios do controle social na atualidade. In Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.109, p.126-150, jan./mar. 2012.
4. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília. 2010.
5. FORTI, V. e COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano profissional. In: FORTI, V. e GUERRA, Y. (Orgs). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
6. GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. São Paulo: Cortez, 2014.
7. IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS). Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.
8. MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS). Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 497- 512.
9. NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete; BRAVO, Maria Inês; UCHOA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.141-160.
10. RAICHELIS, R. O Trabalho do Assistente Social na Esfera Estatal. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABEPSS) Brasília, 2009. p. 377 - 391.
11. VASCONCELOS, Ana Maria de. A Prática do Serviço Social - Cotidiano, Formação e Alternativas na Área da Saúde. São Paulo: Cortez, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL.

(Referências para os Programas: Atenção Materno-Infantil e Obstetrícia; Saúde da Família e Comunidade).

BIBLIOGRAFIA:

1. BOSCHETTI, Ivanete. A Política da Seguridade Social no Brasil. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS). Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 323-328.
2. BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
3. BRAVO, Maria Inês Souza; CORREA, Maria Valeria Costa. Desafios do controle social na atualidade. In Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.109, p.126-150, jan./mar. 2012.
4. CECIM, R.B. e CARVALHO, P. R. A (Orgs.) Criança Hospitalizada: Atenção Integral Como Escuta à Vida. Porto Alegre: Ufrgs, 1997.
5. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília. 2010.
6. FORTI, V. e COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano profissional. In: FORTI, V. e GUERRA, Y. (Orgs). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
7. GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. São Paulo: Cortez, 2014.
8. IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS). Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.
9. MATOS, Maurílio Castro de. Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.
10. MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS). Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 497- 512.
11. NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete; BRAVO, Maria Inês; UCHOA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-160.
12. PAES, Paulo C.D. e GUEDES, Olegna de S. Emancipação humana e o debate dos direitos humanos. Revista Ser Social, v.17, n.37, 2015.
13. RAICHELIS, R. O Trabalho do Assistente Social na Esfera Estatal. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABEPSS) Brasília, 2009. p. 377 - 391.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL.

(Referências para os Programas: Saúde Mental).

BIBLIOGRAFIA:

1. AMARANTE, P. (org.). Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
2. BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental. Uma Análise Institucional da Prática. 2. ed. São Paulo. Cortez. 2009.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2011.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios : orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 44 p. : il.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. 2. ed. rev. amp. Brasília, DF, 2004. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
7. BRASIL. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.
8. CFESS. Práticas terapêuticas no âmbito do serviço social: subsídios para aprofundamento do estudo. 2008.
9. GENTILLI. RAQUEL DE MATOS LOPES. Sociabilidade e Subjetividade: aproximações para o Serviço Social. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 312 - 324, jul./dez. 2013.
10. KOGA. Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 16, N.1, P. 30-42, JUL./DEZ. 2013.
11. PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007
12. POTYARA. Pereira. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ª. edição. São Paulo: Editora Cortez. 2008
13. ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do serviço social nos serviços substitutivos de saúde mental. Serv. Soc. Soc, n. 102, p. 339-351, 2010.
14. ROSA, Lúcia C. dos Santos. Transtorno mental e o cuidado na família. 2ª. edição. São Paulo, Cortez. 2008.
15. ROSA, Lucia Cristina dos Santos. Atenção Psicossocial e Serviço Social. Editora Papel Social. 2016.
16. VASCONCELOS, M. E. (Org.) Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: TERAPIA OCUPACIONAL.

(Referências para os Programas: Saúde da Família e Comunidade).

BIBLIOGRAFIA:

1. ALMEIDA, M.C., Barros, D.d.; Galvani, D.; REIS, T.DE A. M. Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 351-360, 2011.
2. BARRALES, L.M. Cuidado Domiciliar: Relato de Vidas. In: ROCHA, E.F. Reabilitação de pessoas com deficiência: A Intervenção em Discussão. São Paulo: Roca, 2006, p. 169-177.
3. CORREIA, RL. O ecomapa na prática terapêutica ocupacional: uma ferramenta para o mapeamento das percepções sobre a participação nas redes sociais de suporte. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (Rio de Janeiro). 2017; 1(1): 67-87.
4. CORREIA, R. L. O alcance da terapia ocupacional no desenvolvimento local. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 2, p. 443-462, 2018.
5. COSTA, L. A.; BRASIL, F. D.. Cidade, territorialidade e redes na política de saúde mental. Caderno de Terapia Ocupacional. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 435-442, 2014.
6. DORNELES, P. S.. Acessibilidade Cultural: uma nova atuação dos terapeutas ocupacionais. In: SANTOS, V.; GALLASSI, A. D. (org). Questões Contemporâneas da Terapia Ocupacional na América do Sul. Primeira Edição. Curitiba, PR: Editora CRV. Pág 151 a 158. 2014.

7. FERREIRA, TPS; Costa, C.T. Saúde e redes vivas de cuidado: articulando ações estratégicas no território com vista ao cuidado integral na atenção básica. Revista Interinstitucional Bras. Terapia Ocupacional Rio de Janeiro. V.1 (3):269 – 281, 2017.
8. FOLHA, DRSC; MONTEIRO, GS. Terapia Ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem. Revista Interinstitucional Bras. Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro. V.1(2): 202 – 220, 2017.
9. JACINTO, B.O. et al. O apoio matricial em saúde realizado por terapeutas ocupacionais no Sistema Único de Saúde. Cad. Terapia Ocupacional. UFSCar, São Carlos. V. 25, n.1, p. 191-201, 2017.
10. MAGALHAES, L. Ocupação e atividade: tendências e tensões conceituais na literatura anglófona da terapia ocupacional e da ciência ocupacional. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 255-263, 2013.
11. MARCONATO T.F.; VIEIRA S.V.; DELBONI M.C.C.; MIRANDA F.A.C. Guia prático de exercícios de alongamento como promotor de autonomia em um grupo de mulheres Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. v.2(2): 414-431, 2018.
12. MORAIS M.R.C.J; NICOLAU S.M.; FIGUEIREDO-UCHOA L.R.. Narrativas de diabéticos e impactos da doença em seu desempenho ocupacional: questão para terapia ocupacional? Rev. Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro. 2018. v.2(3): 584-606.
13. REISA, F.; GOMES B.; LEME, M.; AOKI, M.. Terapia ocupacional na Atenção Primária à Saúde: reflexões sobre as populações atendidas. Caderno de Terapia Ocupacional. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 341-350, 2012.
14. TOWNSEND, E. et al. Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional? Cadernos Terapia Ocupacional. UFSCar, São Carlos, V.21, n.2, p.229-242, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR PROFISSÃO: TERAPIA OCUPACIONAL.

(Referências para os Programas: Saúde Mental).

BIBLIOGRAFIA:

1. ALMEIDA, M.C.; BARROS, D.D.; GALVANI, D.; REIS, T. de A.M. Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tencionando fronteiras disponíveis. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 351-360, 2011.
2. AOTA. Estrutura da prática da terapia ocupacional: domínio & processo - 3ed. Rev Ter Ocup Univ São Paulo; jan.-abr. 2015;26(ed.esp.):1-49.
3. ANDRADE, Luana Padilha. COSTA, Samira Lima da. MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.4, p.1248-1261, 2014.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2011.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios : orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 44 p. : il.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. 2. ed. rev. amp. Brasília, DF, 2004. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
8. BRASIL. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.

9. CUNHA, A. C. F.; SANTOS, T. F. A utilização do grupo como recurso terapêutico no processo da terapia ocupacional com clientes com transtornos psicóticos: apontamentos bibliográficos. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 17, n.2, p 133-146, 2009.
10. FEJES, Monica de Araujo Nagy. FERIGATO, Sabrina Helena. MARCOLINO, Taís Quevedo. Saúde e cotidiano de mulheres em uso abusivo de álcool e outras drogas: uma questão para a Terapia Ocupacional. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2016 set./dez.;27(3):254-62.
11. FERREIRA, T.P.S; COSTA, C.T. Saúde e redes vivas de cuidado: articulando ações estratégicas no território com vista ao cuidado integral na atenção básica. Revista Interinstitucional Bras. Terapia Ocupacional Rio de Janeiro, v.1 (3):269 – 281, 2017.
12. FIORATI, Regina Célia. A Contribuição da Terapia Ocupacional para a prática clínica do acompanhamento terapêutico: um caminho para a interdisciplinaridade. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 14, n 1. p. 15-22, 2006.
13. KARAGUILLA, Michele. Tratamento do Dependente Químico na Terapia Ocupacional: o acesso à experiência criativa. São Paulo: Zagodoni, 2013, 128p.
14. LAW, M.; BAPTISTE, S.; CARSWELL, A.; McCOLL, M. A.; POLATAJKO, H. L.; POLLOCK, N. Medida Canadense de Desempenho Ocupacional (COPM). Trad. Lívia de Castro Magalhães, Lilian Vieira Magalhães e Ana Amélia Cardoso. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
15. MATSUKURA, Thelma Simões; SALLES, Mariana Moraes (org). Cotidiano, atividade humana e ocupação: Perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.
16. TYKANORI, Roberto. Contratualidade e Reabilitação Psicossocial. In: PITTA, Ana (org). Reabilitação Psicossocial no Brasil. 2ª. Edição São Paulo: HUCITEC, 2001. Pág 55-59.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DAS PROFISSÕES DO PROGRAMA GESTÃO EM SAÚDE.

BIBLIOGRAFIA:

1. BARATA, RB. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. 2ª reimpr. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2016.
2. BARROS, Maria Elizabeth e Barros; SANTOS FILHO, Serafim Barbosa, GOMES, Rafael da Silveira. Alguns conceitos articulados na discussão do processo de trabalho em saúde. In: PANORAMA da Saúde dos Trabalhadores da Saúde. Jorge Mesquita Huet Machado. Ada Ávila Assunção (org.) Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Medicina, 2012.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Plano nacional de saúde – PNS 2016-2019.
4. BRASIL. Lei complementar 141 - Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 4.279, de 30 de dezembro de 2010 – Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 4. ed. 4. reimpr. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 72p. : il. Color. (Série B. Textos Básicos de Saúde)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Manual de Apoio aos Gestores do SUS para a implementação do COAPES [Recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009.

10. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n 3.390, de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).
11. CONIL, Eleonor Minho. Sistemas Comparados de Saúde. In: Tratado de Saúde Coletiva/Gastão Wagner de Souza Campos [et. al]. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2017, p.591-659.
12. MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. Capítulo 2 - As redes de atenção à saúde: revisão bibliográfica, fundamentos, conceitos e elementos constitutivos.
13. MOYSES, N. M. N.; MACHADO, Maria Helena . Políticas de Gestão do Trabalho no SUS: o desafio sempre presente. Divulgação em Saúde para Debate, v. 01, p. 33-41, 2010.

Porto Alegre/RS, 07 de novembro de 2018.

**Diretor Técnico do
Grupo Hospitalar Conceição**